



# O Exército Português em Pernambuco e a Integração da Sociedade Colonial, Séculos XVII e XVIII<sup>1</sup>

*Kalina Vanderley Paiva da Silva\**

O artigo aborda os militares coloniais luso-brasileiros dentro do contexto de sua sociedade, ou seja, inserindo-os dentro de seu cenário histórico, e não estudando a organização militar em separado de seu contexto social.

As lutas dos colonos portugueses nas capitanias do Norte contra a dominação política e comercial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, no século XVII, têm sido objeto do interesse privilegiado dos olhares historiográficos no Brasil. As diferentes organizações militares, as estratégias de batalha, a política, e mesmo as relações sociais no período em questão têm produzido diversos traba-

lhos histórico.<sup>2</sup> No entanto, esse é apenas um momento da sociedade colonial açucareira, que por mais relevante que seja, não pode corresponder a toda a organização estrutural da sociedade colonial luso-americana, uma vez que é um momento de crise, onde a conjuntura política tende a abalar a estrutura social.

A sociedade colonial açucareira começa a se estruturar, no século XVI, com a implantação do projeto das

Capitanias Hereditárias. No entanto, apenas com a expulsão dos holandeses a Capitania de Pernambuco será controlada pelo Estado português. É nesse momento, a partir da segunda metade do século XVII, que vemos a organização militar estatal se consolidar nessa região.

É esse período, o do retorno e apogeu político do poder da Coroa portuguesa em Pernambuco, que escolhemos para ob-

\* Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

<sup>2</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada - Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Editora Topbooks. Rio de Janeiro, 1998. Cf. *Revista do Exército Brasileiro - Especial*, 1998. Guararapes 1648-1998: 350 anos. Ministério do Exército. Rio de Janeiro. Nesta revista diversos autores abordam as organizações militares coloniais no período das lutas contra os holandeses.

servar a relação de suas tropas com a sociedade colonial açucareira.

Mas antes de discutir alguns aspectos dessa relação, militares coloniais e sociedade colonial, faz-se necessário lançarmos um olhar sobre a própria organização militar institucional luso-colonial.

São famosas as associações entre brancos, índios e negros nas guerras de restauração de Pernambuco. Temos, no entanto, que observar essas associações não como uma aliança entre três partes interessadas, mas principalmente como uma estratégia dos colonos luso-brasileiros que utilizam a força de índios e negros submetidos e dominados em proveito próprio. É perigoso, assim, abordar essas organizações militares considerando-as racialmente democráticas, pois a prevalência política dos brancos não trata os soldados de cor - sejam eles índios, negros ou pardos - como iguais. Por outro lado, há outro aspecto a considerar: a longa duração do conflito com a WIC, a Companhia das Índias Ocidentais, considerando os períodos de resistência e depois

da restauração propriamente dita, intensifica o grau de militarização, já existente desde as primeiras fases da ocupação da sociedade colonial da área açucareira. E, como já era prática social comum na própria metrópole, o serviço militar era um meio para a ascensão social e o respeito público. O que significa que, apesar de terem servido como instrumentos e armas na guerra entre interesses coloniais que pouco lhes beneficiavam ou diziam respeito, os homens de cor - livres ou escravos - perceberam nessas guerras oportunidades de ascenderem socialmente, servindo militarmente aos senhores colonos.

Esse ponto de vista pretende ser o menos extremista: nem cair no mais otimista de considerar que as raças envolvidas no conflito com os mercenários da WIC lutavam com iguais direitos e iguais interesses, nem tampouco cair no extremo mais pessimista que tende a considerar os homens de cor apenas como instrumentos banalizados dos brancos, não possuindo nem imaginação nem força de vontade para aprovei-

tar as oportunidades que se lhes surgem.

Essa é uma pequena reflexão que devemos fazer ao observar a formação das tropas luso-brasileiras a partir dos conflitos com a companhia de comércio holandesa. Mas nosso objetivo neste ensaio são as tropas que se formaram após esses conflitos, pois essas são as organizações coloniais mais estáveis e completas da Colônia. Assim sendo, devemos observar que existem duas influências nessa formação das organizações militares coloniais da segunda metade do século XVII. A primeira é a influência da política portuguesa de povoamento para o Brasil. A segunda é a da necessidade de utilização da força bélica de negros e pardos pelo advento das guerras holandesas. Vamos observar esses dois momentos mais detalhadamente.

É de Nelson Werneck Sodré, a afirmação de que todo colono era um militar<sup>3</sup>, uma afirmação que ele provavelmente baseia no estudo de fontes como Henry Koster, cronista e observador da sociedade colonial que escreve que o

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira.

*conjunto da administração no Brasil é militar. Todos os homens, entre a idade de sessenta e dezesseis anos devem ser arrolados entre os soldados de Linha, na Milícia ou pertencer às Ordenanças.*<sup>4</sup>

Essa afirmação fundamenta nossa pesquisa e nos leva para a política de povoamento da Coroa portuguesa para sua colônia americana. No século XVI, o Estado português não possuía ainda um exército profissional e permanentemente organizado em bases burocráticas, apesar de já possuir uma força militar regular, sendo que a inexistência de uma organização militar em moldes burocráticos<sup>5</sup> acarreta a necessidade de uma construção diferente que não se baseie no profissionalismo para a defesa da colônia americana. Assim é que, no século XVI, a organização de defesa da colônia produtora de açúcar estava baseada tão-somente nos próprios colonos armados e sob o comando do donatário da Capitania.

Essa política militariza a sociedade livre açucareira, e deixará seqüelas, pois, mesmo depois de formado e estabelecido na Colônia um exército profissional, o que só vai acontecer na segunda metade do século XVII, a organização defensiva prática para essa região ainda estará fundamentada nos colonos armados. É o que explica, em parte, o fato de as tropas que lutaram nas guerras holandesas serem prioritariamente compostas por civis, inexistindo praticamente as tropas regulares e profissionais.

Voltando para o século XVI, com os primeiros passos da conquista e povoamento, vemos as linhas-mestras do plano de colonização luso para o Brasil começarem a se esboçar. As Capitânicas Hereditárias, estabelecidas em 1534, foram uma primeira tentativa de povoar e explorar, a custos baixos. Com o poder civil e militar nas mãos dos capitães donatários, a linha entre civis e militares era muito tênue. Somente a partir de 1548, com o ad-

vento do Governo Geral e a chegada do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, é que a Coroa, através de uma lenta retomada de poderes das mãos dos donatários, vai implantar o primeiro esboço de uma administração colonial unificada. Isso significa que também vai retomar, ao menos, parcelas dos poderes militares.

O Regimento passado para Tomé de Souza, que determina as linhas administrativas iniciais do Governo Geral, vai definir também as primeiras normas para uma organização militar oficial na Colônia. Essas normas ainda vão girar em torno dos moradores como força militar, determinando a posse obrigatória de armas, previamente estabelecidas, por toda a população masculina livre, estabelecendo um prazo de um ano para aquisição das mesmas e penas e sanções para os infratores.<sup>6</sup> Assim, podemos observar que nas fases iniciais da colonização açucareira não há uma organização militar estatal, sendo que as únicas

<sup>4</sup> KOSTER- Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. p. 204.

<sup>5</sup> Essa questão da tipologia das organizações militares da colônia, inclusive a definição de soldados burocráticos e soldados institucionais, foi abordada por nós no trabalho *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial - Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. No prelo.

<sup>6</sup> SALGADO, Graça (org.) *Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colônia*. p. 99.

existentes são milícias particulares compostas pelos colonos a serviço do donatário, e mesmo com o estabelecimento do Governo Geral, que traz uma primeira unidade de tropa regular e paga portuguesa, a organização básica continua a ser a dos colonos.

Apenas o século XVII presenciará o estabelecimento e consolidação do organismo militar regular no Brasil-Colônia, principalmente nas duas mais importantes capitânicas de então: Pernambuco e Bahia.

A legislação portuguesa vai imprimir caráter permanente e profissional a seu exército apenas após a dissolução da União Ibérica, em 1640, com a independência portuguesa e a reconstrução de sua administração.<sup>7</sup> Mas, é somente a partir da vitória luso-brasileira contra a Companhia das Índias Ocidentais e do estabelecimento de um governo português na Capitania de Pernambuco e anexas,

que podemos observar a estruturação regular da organização militar colonial. Assim, vemos essa força militar se estabelecer na segunda metade do século XVII, em três divisões:

*Tropa de Linha* - É o Exército português, profissional e permanente, nunca suficiente na Colônia. Seus efetivos são completados por soldados brasileiros, brancos ou mulatos, cujo recrutamento foi sempre um problema.<sup>8</sup> É a única força paga. Todo seu efetivo é considerado membro do Exército português.<sup>9</sup> Já no século XVII a insuficiência do efetivo luso obriga a Tropa de Linha a recrutar também os oficiais inferiores entre os colonos. Com o tempo e a proximidade da ruína do Sistema Colonial português, quando os interesses entre reinóis e colonos vão se distanciando, a coexistência de brasileiros e lusos na mesma tropa será o estopim de diversos levantes e insubordinações. Também chamada

de Tropa Regular, é a força que definimos como burocrática, a única das instituições coloniais organizada em moldes padrões europeus.

*Milícias* - São as tropas auxiliares, de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, com oficiais também sendo escolhidos entre os civis. Sua organização é feita por categorias da população: brancos, pretos, pardos, em corpos separados. Como as Milícias são compostas por civis que não se afastavam de suas respectivas ocupações, seus exercícios são executados apenas aos domingos. E além de não receberem soldo devem também patrocinar seu próprio fardamento.<sup>10</sup>

*Ordenanças* - Na verdade, apenas a listagem de toda a população masculina livre não recrutada pela Tropa de Linha, nem pertencente às Milícias, entre 16 e 60 anos, segundo uns autores<sup>11</sup>, e 18 e 60 anos, segundo outros.<sup>12</sup> Esse efetivo é apenas alistado. São

<sup>7</sup> SALGADO. Op. cit. p. 97.

<sup>8</sup> PRADO JR. *Formação do Brasil Contemporâneo*. p. 310. A problemática do recrutamento para a Tropa de Linha surge em diversos cronistas coloniais, como Henry Koster e Luis dos Santos Vilhena, e em várias outras testemunhas por todo o território da América portuguesa, como os próprios governadores, por exemplo. Será também uma herança danosa para o Império brasileiro, cujas conseqüências sociais ainda podemos observar na Guerra do Paraguai.

<sup>9</sup> LEITE Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamento Sociais*. Ed. Massangana. Recife. 1988. p.147.

<sup>10</sup> LEITE. Op. cit. p. 148.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> PRADO JR. Op. cit. p. 312.

as organizações de colonos armados da fase inicial de colonização, mas após as guerras holandesas, apesar de continuarem existindo, não chegam a oferecer realmente um serviço militar. Vão se tornar, então, organizações de importância administrativa grande, já que representam, muitas vezes, a única instituição oficial da Coroa em alguns dos mais distantes Termos.<sup>13</sup> Seu valor militar, no entanto, já não é dos melhores na segunda metade do século XVII, uma vez que são forças, não deslocáveis, e que, além disso, qualquer chamado de emergência deveria causar grande desordem *uma vez que além de a população livre ser retirada de seus afazeres, também os escravos poderiam ser requisitados.*<sup>14</sup>

Ainda sobre o pouco valor militar das Ordenanças, Evaldo Cabral de Mello diz, sobre a atuação destas nas guerras holandesas em Pernambuco, que foram dissolvidas por deserção ou indisciplina; nelas, quem chegava de

tarde não aparecia de manhã<sup>15</sup> - o que já demonstra a falência dessas instituições como organismos militares no século XVII.

Milícias e Ordenanças, ambas tropas auxiliares, confundiam-se com frequência na Colônia. Mesmo sua terminologia ficou mal definida até 1677, quando se dá a definição legal entre Milícias, como tropas auxiliares de 2ª linha, e Ordenanças, como tropas de 3ª linha.<sup>16</sup> São forças institucionais, pois não sendo burocráticas, também se contrastam com as inúmeras outras formações militares coloniais, chamadas irregulares<sup>17</sup>, que correspondem às tropas particulares de senhores de engenho, bandeirantes, curraleiros - tropas sem vínculos com o Estado. Milícias e Ordenanças, por sua vez, apesar de não profissionais, são instituições organizadas e legalizadas pela Coroa. O que ilustra a política régia para a defesa da Colônia, ainda prioritariamente baseada em colonos. A diferença é que, agora, eles recebem uma organização institucional.

Essas três organizações militares institucionais (tro-

pas de linha, milícias e ordenanças), confundidas não em poucas ocasiões, compõem as forças militares oficiais da Coroa portuguesa na zona do açúcar.

Recrutando, teoricamente, todos os homens li-

*Essas três organizações militares institucionais (tropas de linha, milícias e ordenanças), confundidas não em poucas ocasiões, compõem as forças militares oficiais da Coroa portuguesa na zona do açúcar. Recrutando, teoricamente, todos os homens livres para seus quadros, ela vai organizar e controlar a sociedade livre através de uma militarização benéfica para a Coroa portuguesa.*

vres para seus quadros, ela vai organizar e controlar a sociedade livre através de uma militarização benéfica para a Coroa portuguesa.

As instituições militares coloniais ainda são secundarizadas pelos estudos historiográficos no Brasil. E, no entanto, seu valor para a compreensão da própria vida social nessa sociedade continua ignorado por muitos. Essa organização estabelecida pela Coroa portuguesa deixa de ter importância meramente defensiva na região açuca-

<sup>13</sup> Idem. p. 323-324.

<sup>14</sup> LEITE. Op. cit. p. 149.

<sup>15</sup> Cf. MELLO. Op. cit.

<sup>16</sup> LEITE. Op. cit. p. 147.

<sup>17</sup> Cf. SODRÉ. Op. cit.

reira para ter uma importância social mais ampla de instrumento de administração da sociedade. Uma vez que a sociedade açucareira se desenvolveu inicialmente sem o apoio de uma estrutura estatal, como é visto na primeira fase das Capitânicas Hereditárias, o enquadramento dos homens livres independentes nas tropas da Coroa vai permitir que essa possa ter finalmente alguma ingerência sobre eles.

Lançado o olhar sobre a organização das tropas coloniais, resta agora observarmos uma questão social importante para o entendimento da inserção desses homens na sociedade colonial: a composição racial dessas tropas.

A política inicial defensiva da Coroa para a América portuguesa, na fase das Capitânicas Hereditárias, se restringia a utilizar apenas os colonos como instrumentos de defesa. Ou seja, descartava tanto negros, quanto pardos. Os índios são uma questão à parte, pois sabemos que muitas tribos eram utilizadas a serviço da Coroa na defesa contra correntes europeus, como franceses e holandeses. Mas essas tribos nunca chegaram

a se enquadrar na hierarquia militar da Coroa. Conhecemos, todavia, tropas negras que chegaram a ser institucionalizadas pelo Estado. Como se dá essa mudança política?

A tropa negra mais famosa do período colonial é, sem dúvida, a milícia de Henrique Dias, uma das forças-chave nas guerras holandesas. Até o momento dessas guerras, a política defensiva da Coroa portuguesa não reconhecia tropas compostas de homens de cor. Esse será o momento da virada. Na organização militar que se segue a restauração do poder português nas capitânicas do norte, serão oficializadas duas milícias de homens de cor: a dos pretos, chamados de *henriques*, e a dos pardos. É significativa a ausência de milícias indígenas, o que pode ter diversas explicações, entre as quais está o fato da própria ausência de população indígena numerosa nos centros urbanos. É uma das mais marcantes características das tropas da Coroa na zona açucareira é o fato que são majoritariamente, se não totalmente, urbanas. No interior do continente ainda prepondera a ordem dos senhores

privados, possuidores de exércitos particulares e independentes do Estado.

São as Milícias que abrem o espaço da ascensão social dos homens de cor na sociedade urbana colonial. As tropas de linha - apesar de no século XVII já serem compostas principalmente por brasileiros, e muitos deles de cor, os chamados *pardos* - não possuem um grande prestígio social. Seu desprestígio perante essa sociedade vem dos frequentes atrasos de seu pagamento, de suas péssimas condições de trabalho, o que inclui alimentação precária, falta de pagamento, falta de treinamento, além da forte ameaça social que são os recrutamentos violentos e forçados, feitos pela Coroa para essa tropa. Todas essas características conjugadas fazem das tropas de linha uma tropa tida como ineficiente e temida pela sociedade.

As Milícias, pelo contrário, são a representação da boa ordem da Colônia. Apesar de não-remuneradas, o voluntariado para elas é sempre grande, pois o prestígio de seus membros também o é. Por quê? As Milícias, separadas não apenas por cor, mas tam-

bém por camadas econômicas, representam a hierarquização social da Colônia: milícias brancas, milícias negras e milícias pardas. Existem também milícias de comerciantes, de senho-

***São as Milícias que abrem o espaço da ascensão social dos homens de cor na sociedade urbana colonial.***

res de engenho e de artesãos. Mas apesar da separação, são essas tropas que vão criar a oportunidade para homens de cor livres, porém discriminados pela sociedade de se elevarem socialmente. Pois mesmo os mais altos postos de oficiais das milícias pretas e pardas devem ser ocupados por oficiais pretos e pardos.

Além disso, todos os comandantes, todos revestidos da patente de coronel, deviam ser, por lei, proprietários.<sup>18</sup> Devemos ressaltar que os negros e pardos que compunham seus respectivos regimentos não eram totalmente desprovidos de quaisquer posses, visto que

deveriam arcar com as despesas de fardamento e armamento e não recebiam soldo para tal. Sobre isso já observava Henry Koster que eram eles os mais *garbosos e bem vestidos*, em comparação com as Milícias brancas, *miseráveis*.<sup>19</sup> Ele diz sobre os *henriques*: *Era o mais belo corpo militar de quantos tive oportunidade de ver nesse país (...)* *Esses homens não recebem fardamento e sua boa aparência nessas ocasiões denuncia um certo grau de prosperidade entre eles*.<sup>20</sup>

Nem todos os homens livres brancos são grandes proprietários ou grandes comerciantes, enquanto nem todos os negros e mulatos livres são miseráveis. Devemos observar que esses postos e cargos para negros e mulatos significam um *status* social que eles não teriam sem os postos milicianos. Isso pode ter pesado mais no momento de cuidar melhor das vestimentas, do que para os brancos livres e pobres que ocupavam cargos similares.

No retrato que Koster nos dá das milícias pernambucanas no início do século XIX, os oficiais pardos dos mesmos regimentos milicianos são também pro-

prietários e *só devem obediência ao Governador*.<sup>21</sup>

Diz ele que, apesar de a Milícia da cidade do Recife ter *triste aspecto*, os regimentos de negros e mulatos *são bem superiores em garbo*.<sup>22</sup> Percebemos assim que havia negros e mulatos de posses entre esses regimentos já que o serviço nas Milícias é gratuito, não fornecendo possibilidades de manutenção desse tão bom aspecto com rendimentos saídos apenas desse serviço.

Não podemos, entretanto, nos prender a estruturas demasiadamente rígidas de divisão racial na Colônia. É o mesmo Koster quem nos aponta a pouca rigidez na seleção de elementos para regimentos brancos. Ele diz: *Nos Regimentos de Milícias brancas, os oficiais só podem ser brancos, por força da lei; mas, na prática, bem pequeninas provas são feitas para que se elucide não haver mistura no sangue, e todos depressa são proclamados homens brancos*.<sup>23</sup> E isso quanto aos oficiais que deveriam, ao menos aparentemente, ser brancos. Quanto aos soldados dos regimentos milicianos brancos, que também deveriam ser brancos por lei, muitos eram mulatos e *outras pessoas* de

<sup>18</sup> LEITE. Op. cit. p.155.

<sup>19</sup> KOSTER. Op. cit. p.58.

<sup>20</sup> Idem, p. 381.

<sup>21</sup> KOSTER. Op. cit. p.378.

<sup>22</sup> Idem. p.58-59.

<sup>23</sup> Idem. p.378.

cor<sup>24</sup> (entenda-se aqui cafuzos, mamelucos), pardos de todos os gêneros.

Vemos assim que apesar de uma divisão mais estreita de raças nas Milícias, elas não fugiam da impossibilidade de se estabelecer quem era realmente branco, e eram obrigadas a admitir brancos de origem *duvidosa* em suas fileiras. Ainda assim, a divisão existente - agregando brancos da mesma camada econômica - fazia das Milícias forças mais conservadoras do *status* social dos senhores de terras. Essas tropas de civis, arregimentados por *casta*, estabeleciam melhor as próprias linhas divisórias da sociedade: brancos, pretos, pardos, pobres, ricos. Esse talvez tenha sido um dos motivos do prestígio que as Milícias mantinham perante a sociedade: estavam perfeitamente afi-

nadas com ela. O que era o contrário da Tropa de Linha, turbulenta e controversa, considerada ineficiente pela própria Coroa e temida e desprezada pela sociedade.

Essas rápidas reflexões acerca da composição das tropas luso-brasileiras não tem a pretensão de esgotar o tema. Nosso propósito é trazer para discussão alguns aspectos dessa importante questão: *Como a organização militar colonial influenciou a formação da sociedade do Nordeste do Brasil?* Pretendemos ainda lembrar que as guerras holandesas são apenas parte de um processo de definição e constituição dessa organização militar colonial. Parte importante, sim, mas que não encerra o processo. O século XVII é vital para a constituição social colonial e para a posterior compo-

sição da sociedade brasileira. E sua segunda metade não é menos importante que a primeira, que comporta o período holandês e as lutas para restauração do poder português. A segunda metade do século XVII vê a consolidação do poder estatal português em Pernambuco, assim como o desenvolvimento da sociedade urbana do Recife e o início da conquista e colonização do sertão.

Nosso principal objetivo com esse ensaio foi o de despertar a atenção para a interligação de aspectos militares com o desenvolvimento do todo social. O processo histórico deve ser entendido através da relação de seus diversos aspectos, o que pode nos fornecer uma visão melhor da formação de nossa própria sociedade. ◉

<sup>24</sup> Idem.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Série Brasileira Vol. 49. Biblioteca Pedagógica Brasileira. 2ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1938.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões*. Ed. Vozes. 4ª edição. Petrópolis 1975.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamento Sociais*. Ed. Massangana. Recife. 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada - Guerra e Açúcar no Nordeste 1630-1654*. Ed. Topbooks. São Paulo. 1998.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ed. Brasiliense. 23ª edição. Recife. 1994.

- REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. *Guararapes 1648-1998: 350 ANOS*. Ministério do Exército. Rio de Janeiro. Especial, 1998.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colônia*. 2ª edição. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3ª edição. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

### Fontes Impressas

- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Col. Pernambucana XVII, Secretaria de Educação e Cultura. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. 1978.
- PEREIRA DA COSTA. *Anais Pernambucanos*. Vol. I-10. Col. Pernambucana. 2ª fase. Recife. 1983.
- TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Col. Pernambucana XVI. Secretaria da Educação e Cultura. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. 1975.

### Fontes Documentais

- AHU - Arquivo Histórico Ultramarino; Lisboa-Portugal. Cópias Fotografadas. Divisão de Pesquisa Histórica. Departamento de História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

*“Não faz da tua vida um rascunho,  
poderás não ter tempo para passar a limpo.”*

*Mário Quintana*

*“Aprenda a gravar na pedra os  
favores que receberes, os benefícios que te fizerem,  
as palavras de carinho que te dirigirem.  
E aprenda a escrever na areia as injúrias,  
as ingratidões, as perfídias e as ironias que te  
ferirem pela estrada agreste da vida.”*

*Malba Tahan*